



Foto: reprodução

ENIGMA DO CAPITAL E AS CRISES DO CAPITALISMO

de David Harvey. São Paulo: Boitempo, 2011

Resenha | por Ricardo Carlos Gaspar, Nadia Somekh

Professor Doutor | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Faculdade de Economia e Administração | Departamento de Economia | São Paulo, SP, Brasil

Professora Doutora | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | R. da Consolação, 930, Prédio 9, Centro, 01302-907, São Paulo, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: N. SOMEKH | E-mail: nadiasom@terra.com.br

| Recebido em 5/6/2012 e aceito para publicação em 20/6/2012

O último livro do geógrafo norte-americano David Harvey aborda uma dimensão essencial da economia mundial contemporânea, cujos desdobramentos estão na base das crises que o sistema vivencia desde os anos 1990. Refere-se ao fato dos capitalistas estarem sempre produzindo excedentes financeiros, os quais necessitam, por força da competição, encontrar saídas para sua absorção na forma de investimentos lucrativos. O problema é que essa expansão ocorre em ritmo composto, a uma taxa aproximada de 3% ao ano. Então se trata de encontrar aplicação rentável para massas crescentes de recursos, levando investidores a exercitar de forma frenética seus poderes de “destruição criativa” no sentido de sempre alavancar novas oportunidades de investimento.

Isso envolve necessariamente os espaços geográficos e, nestes, a urbanização ocupa lugar proeminente. Novos espaços e relações espaciais são produzidos para dar vazão aos imperativos da acumulação de capital. A renda da terra, junto com os juros e o crédito, tem que ser trazida para o centro da análise. Os proprietários do solo e a coalizão de interesses que se forma em torno dos investimentos imobiliários (financistas, incorporadores, políticos, empresários da construção) alargam seu poder de classe e ditam os rumos do crescimento urbano. Ao mesmo tempo, o artificialismo da demanda inchada e da especulação com os preços provoca crises de sobreacumulação, endividamento e um espectro de inadimplências atrás de si. O capitalismo rentista cobra seu preço. O fenômeno do *subprime* nos EUA é a mais recente e grave

dessas manifestações de irracionalismo dos mercados, conduzidas em benefício da plutocracia dirigente.

De acordo com Harvey — citando o Relatório do Banco Mundial de 2009 -, a produção total de bens e serviços na economia global foi, naquele ano, de 56,3 trilhões de dólares, o que, a uma taxa “saudável” para a absorção lucrativa do excedente, significava ter de investir 3 trilhões de dólares em base anualizada. Abaixo desse nível, a economia entra em recessão, estoura a bolha especulativa. Foi o que ocorreu.

Como se materializa essa busca obsessiva pela valorização do capital no espaço urbano, maximizada pela massa volátil de recursos que gira no mercado financeiro e ultrapassa dez vezes o valor da produção global em bens e serviços? É óbvio que o mercado imobiliário é o alvo dessa cobiça, mas novos meios são criados para viabilizar mobilizações maciças de capitais e atender, em bloco, ao apetite dos detentores de riqueza líquida e dos proprietários fundiários: são os chamados grandes projetos urbanos.

ELITIZAÇÃO E IMPACTOS NAS CIDADES

Nas últimas décadas, os Grandes Projetos Urbanos (GPU) vêm sendo disputados por cidades de distintos tamanhos e características como a via preferencial para atrair investidores e potencializar as vantagens competitivas de cada núcleo urbano. Não são propriamente novidades no desenho das grandes urbes, porém na atualidade sua dimensão, conectividade global e íntima vinculação ao processo de reestruturação produtiva em curso os diferenciam. Usualmente consistem na realocação mercantil de glebas bem localizadas, mas degradadas pela obsolescência de seus usos tradicionais. Contudo, também envolvem empreendimentos monumentais, como em cidades no litoral do Golfo Pérsico. Sua lucratividade advém dos vultosos incrementos no preço da terra oriundos dos investimentos imobiliários projetados e do ciclo especulativo que a perspectiva de altos negócios provoca. Seu vínculo com a globalização financeira é evidente, constituindo canal privilegiado de escoamento para capitais excedentes (muitos deles de origem duvidosa) de todo o mundo.

Exemplos paradigmáticos se encontram por todos os lados. A começar por Barcelona, passando por outras cidades espanholas, italianas, norte-americanas e asiáticas. Na China, novas cidades pontuam a paisagem. E cidades dentro de cidades, como é o caso do grandioso distrito de Pudong, em Xangai. A América Latina participa dessa corrida competitiva interurbana, e Buenos Aires, Santiago, Lima, Panamá, Rio de Janeiro, entre muitas outras cidades, ostentam grandiosos empreendimentos imobiliários, finalizados ou em execução.

Por outro lado, grandes projetos urbanos absorvem somas crescentes de recursos financeiros e, não raro, se veem em dificuldades na ocorrência de crises. É o caso, por exemplo, de iniciativas colossais em Dubai, como as *World Islands* — cerca de 300 ilhas artificiais que custam entre 50 e 250 milhões de euros —, que, com o refluxo do mercado

imobiliário, acumulam dívida superior a 18,5 bilhões de euros; fenômeno semelhante ocorre com o megalômano projeto *Pearl Qatar*, em Doha. As somas envolvidas são fabulosas, e nos dão uma pálida ideia de como os GPU contribuem para o escoamento do excedente de capitais — e provocam subsequentemente as crises. Em Boston, EUA, o projeto já concluído do *Big Dig* — uma completa requalificação de área possibilitada pela demolição de uma extensa via elevada, a construção de um túnel e a abertura de vastas glebas para empreendimentos imobiliários — consumiu, depois de inúmeras e controversas majorações orçamentárias, 22 bilhões de dólares. Lembremos que o custo total dos projetos da Copa 2014 no Brasil deve consumir em torno de 85 bilhões de reais! E nós já tivemos um mau exemplo de desperdício de recursos com os Jogos Pan-Americanos no Rio em 2011. Aliás, grandes eventos são usados como catalisadores de investimentos e reformas urbanas e, a par de seus discutíveis resultados sociais — pois o alvo são grandes negócios e o benefício apropriado pela parcela mais rica da população —, muitas vezes terminam com saldo no vermelho, com um legado de “elefantes brancos” e dívidas.

Assim sendo, os grandes projetos urbanos são em geral associados à valorização do solo, concomitante elevação do preço dos imóveis, deslocamento de populações e empresas incapazes de pagar pelo preço da terra, elitização dos espaços melhor localizados (acessibilidade), segregação socioespacial e espraiamento (suburbanização) do crescimento urbano — ocasionando congestionamentos, prejuízos ambientais e custos acrescidos, decorrentes da expansão territorial dos serviços públicos. O Estado, em qualquer dos seus níveis, é muitas vezes conivente com esses processos, e participa economicamente dos GPU na condição de regulador, prestamista e investidor direto, embora como garantidor dos lucros privados. Tais resultados derivam diretamente das características da economia mundial contemporânea e da captura dos interesses públicos pela lógica financeira. Tais aspectos são típicos de como as coisas funcionam no capitalismo atual. No entanto, acreditamos ser possível contrapor, ao menos em parte, a esses motivos hegemônicos uma lógica alternativa e democrática, compatibilizando recursos e procedimentos em prol de uma cidade mais humana.

ESTADO, PLANEJAMENTO E DEMOCRACIA

A par das consequências negativas brevemente apontadas acima, os GPU apresentam diversas positivities que podem e devem ser potencializadas, respeitando-se projetos e ambientes institucionais adequados.

A requalificação de áreas pode, em si, ser um fenômeno extremamente positivo, pois afeta grandes espaços, quando não cidades e regiões inteiras. Contribui para melhorar a qualidade de vida, favorecer linhas de desenvolvimento sustentável, atualizar a infraestrutura, criar empregos, entre outras virtudes. O instrumento principal de financiamento dessas operações urbanísticas costuma ser a valorização da terra, mas aqui mora o perigo: a captura privada da mais-valia fundiária, quando mecanismos majoritariamente sociais

a provocaram. A privatização desses benefícios leva a distorções que em última análise inviabilizam a sustentabilidade social do projeto e as externalidades positivas que ele pode gerar em prol do desenvolvimento urbano e regional integral. Uma maneira de evitar semelhantes consequências é ter uma participação mais efetiva do governo nacional na regulação e implementação de programas e políticas de fomento urbano e regional. Isso é ainda mais válido em países de dimensão continental como o Brasil. A preocupação com a natureza do *projeto* também é fundamental: a regulação pública precisa garantir a mistura de usos, a inclusão social, o provimento habitacional, os espaços públicos, a qualidade ambiental, a recuperação e redistribuição social da valorização do solo, além da integração com os planos mais abrangentes de conteúdo macrourbano, metropolitano e regional. Essas dimensões — apesar do avanço que tivemos no âmbito intraurbano com o Estatuto da Terra e o Ministério das Cidades — são raramente encontradas no Brasil.

Em síntese, os elementos recorrentes apontados pela experiência internacional no manejo dos GPU incluem uma unidade de gestão centralizada, a importância nuclear da questão dos transportes gerando as chamadas novas centralidades, a existência de âncoras culturais, bem como de ambientes ou setores voltados para a inovação tecnológica, além do investimento na ampliação da qualidade dos espaços públicos oferecidos à população. Um mundo mais humano e digno de se viver requer não apenas alterações profundas na estrutura econômica global, mas na maneira como o espaço construído é organizado e apropriado, como David Harvey corretamente nos adverte.